



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

TERMO DE REFERÊNCIA

1. Objeto da Contratação

Aquisição de licenciamento perpétuo e atualizações anuais do software Manage Engine Endpoint Central.

2. Fundamentação da Contratação

2.1. Motivação

Centralizar e integrar as atividades pertinentes à gestão dos *Endpoints* numa única console, facilitando, assim, controle de atualizações e vulnerabilidades, bem como aumentando a agilidade do suporte técnico e da disponibilização de aplicações aos usuários.

2.2. Objetivos e Benefícios

- Manter softwares atualizados.
- Mitigar riscos de segurança
- Agilizar a prestação do suporte técnico para os usuários.
- Obter informações atualizadas em tempo real sobre os ativos de TI.
- Disponibilizar softwares para os usuários de forma rápida sem que seja necessário deslocar-se até o local de trabalho dos mesmos.
- Implantar configurações específicas para usuários em tempo real.
- Centralizar a administração dos *Endpoints*.
- Automação das imagens de Sistema Operacional de forma remota, reduzindo custos de transporte de equipamentos.
- Redução de custos de intervenções manuais por parte dos técnicos.

2.3. Alinhamento Estratégico

Alinhamento Estratégico	Objetivos, Ações e Iniciativas
PETI	<ul style="list-style-type: none">• RE1 – Satisfação dos usuários de TIC.• RE2 – Aperfeiçoamento da infraestrutura de TIC.• RE3 – Ampliação da capacidade de automação dos processos de negócio.
PDTI	<ul style="list-style-type: none">• OE4 – Promover Serviços de Infraestrutura e Soluções Corporativas.• OE6 – Aprimorar a Segurança da Informação e a Gestão de Dados.

2.4. Estudos Preliminares do Objeto



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

Este documento foi elaborado considerando o Documento de Oficialização da Demanda e os Estudos Técnicos Preliminares encaminhados pela Coordenadoria de Suporte e Infraestrutura Tecnológica, constantes do Processo Administrativo Eletrônico n. 27.755/2023.

2.5. Demanda Prevista x Quantidade a ser contratada

GRUPO 1 - Solução de Gerenciamento Unificado de Endpoints

Item	Bem/Serviço	Demanda prevista	Demanda a ser contratada
1	Endpoint Central Security para 1550 Endpoints (inclui uma licença de usuário administrador) - Licença Perpétua.	1	1
2	Endpoint Central Security para 1550 Endpoints (inclui uma licença de usuário administrador) - Taxa Anual de Atualização.	1	1
3	Endpoint Central Addon - licença para 10 usuários administradores adicionais - licença perpétua.	1	1
4	Endpoint Central Addon - licença para 10 usuários administradores adicionais - Taxa Anual de Atualização.	1	1
5	Endpoint Central Multi-Language Pack License para tradução da solução para o português - licença perpétua.	1	1
6	Endpoint Central Multi-Language Pack License para tradução da solução para o português - Taxa Anual de Atualização.	1	1
7	<p>Pacote adicional para eventual aquisição de 50 (cinquenta) licenças perpétuas adicionais do Endpoint Central Security. Inclui a taxa de atualização anual referente ao primeiro ano.</p> <p>Obs: o pacote adicional será acionado somente se houver necessidade, por ocasião de aumento do número de Endpoints no ambiente tecnológico do TRESA. A quantidade de pacotes a ser adquirida vai depender da demanda.</p>	1	1
8	Pacote adicional para eventual aquisição de 1 (uma) licença perpétua adicional de usuário administrador.	1	1



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

	<p>Inclui a taxa de atualização anual referente ao primeiro ano.</p> <p>Obs: o pacote adicional será acionado somente se houver necessidade, por ocasião do aumento no número de técnicos administrando a ferramenta. A quantidade de pacotes a ser adquirida vai depender da demanda.</p>		
--	--	--	--

2.6. Soluções Disponíveis e/ou Contratadas por outros Órgãos Públicos

Conforme levantamento realizado nos Estudos Preliminares.

2.7. Escolha e Justificativa do Objeto

Conforme levantamento realizado nos Estudos Preliminares.

2.8. Caracterização e Composição do Objeto

O objeto a ser licitado possui características comuns e usuais encontradas no mercado de TI, e padrões de desempenho e de qualidade que podem ser objetivamente definidos. A composição do objeto se divide em 8 (oito) itens agrupados, conforme as características a seguir:

GRUPO 1 - Solução de Gerenciamento Unificado de Endpoints

Item	Bem/Serviço
1	Endpoint Central Security para 1550 Endpoints (inclui uma licença de usuário administrador) - Licença Perpétua.
2	Endpoint Central Security para 1550 Endpoints (inclui uma licença de usuário administrador) - Taxa Anual de Atualização.
3	Endpoint Central Addon - licença para 10 usuários administradores adicionais - licença perpétua.
4	Endpoint Central Addon - licença para 10 usuários administradores adicionais - Taxa Anual de Atualização.
5	Endpoint Central Multi-Language Pack License para tradução da solução para o português - licença perpétua.
6	Endpoint Central Multi-Language Pack License para tradução da solução para o português - Taxa Anual de Atualização.
7	Pacote adicional para eventual aquisição de 50 (cinquenta) licenças perpétuas



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

	adicionais do Endpoint Central Security. Inclui a taxa de atualização anual referente ao primeiro ano.
8	Pacote adicional para eventual aquisição de 1 (uma) licença perpétua adicional de usuário administrador. Inclui a taxa de atualização anual referente ao primeiro ano.

2.9. Serviços Adicionais

Os serviços adicionais estão descritos nos itens 7 e 8 da tabela acima.

2.10. Parcelamento e Adjudicação

Trata-se de uma solução unificada de gerenciamento de Endpoints, na qual a falta de qualquer um dos itens, inviabilizaria o cumprimento dos objetivos da contratação. Para além do licenciamento perpétuo, é imprescindível garantir, desde o primeiro dia de utilização da solução, o fornecimento das respectivas atualizações, como forma de garantir que a solução esteja atualizada contra eventuais vulnerabilidades de segurança, erros de funcionamento e também para que tenhamos acesso às novas funcionalidades que sejam acrescidas à solução. Portanto, para assegurar o pleno licenciamento da solução, bem como evitar eventuais dificuldades, caso o fornecimento envolvesse mais de um fornecedor, sugere-se a adjudicação para uma única empresa.

No tocante aos pacotes adicionais, itens 7 e 8, importante ressaltar que os mesmos são complementares, respectivamente, aos itens 1 e 3 e que o valor da cotação dos mesmos pode diminuir, caso a mesma empresa que vendeu os itens originais, também forneça os pacotes adicionais. Ademais, somente serão executados em caso de eventual aumento do número de Endpoints do parque computacional do TRESC ou da necessidade de aumento do número de administradores da solução.

2.11. Seleção do Fornecedor

Será selecionado o licitante que, por meio de processo licitatório, atender aos requisitos previstos em lei (habilitação jurídica, qualificação técnica, regularidade fiscal e qualificação econômico-financeira) e às demais exigências editalícias, bem como oferecer a proposta mais vantajosa à Administração.

2.11.1. Critérios de Habilitação

Em relação à **Qualificação Técnica**, deverá ser exigido:

a) um ou mais atestados de capacidade técnica, emitidos em favor da proponente, fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, os quais comprovem o desempenho de atividade compatível com o objeto deste PB/TR;

Em relação à **Qualificação Econômico-Financeira**, deverá ser exigido:

a) balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizado por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de abertura da licitação; e
b) certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica."

2.11.2. Critérios de Preferência e de Desempate



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

Os critérios de preferência e de desempate obedecerão à legislação em vigor, em especial a Lei Complementar n. 123/2006.

2.12. Modalidade e Tipo de Licitação

Verifica-se que o objeto pretendido é oferecido por diversos fornecedores no mercado de TIC e apresenta características padronizadas e usuais. Assim, pode-se concluir que o bem é comum, justificando, portanto, a utilização da modalidade “Pregão” sendo, preferencialmente, em sua forma eletrônica e do tipo “Menor Preço”.

2.13. Impacto Ambiental

Não há impacto ambiental direto identificado para esta contratação.

2.14. Conformidade Técnica

Não se aplica a esta contratação.

2.15. Obrigações da Proponente

Não se aplica a esta contratação.

2.16. Obrigações da Contratante

2.16.1. Efetuar o pagamento à Contratada, de acordo com as condições, no preço e no prazo estabelecidos no Edital;

2.16.2. Promover, através de seu representante, o servidor titular da Seção de Gestão de Mudanças e Problemas de TI do TRESC, ou seu substituto, ou seu superior imediato, a fiscalização do cumprimento do objeto e das demais cláusulas do Contrato, em conformidade com o art. 67 da Lei n. 8.666/1993;

2.17. Obrigações da Contratada

2.17.1. Fornecer os produtos no prazo e demais condições estipuladas na proposta;

2.17.2. Disponibilizar em até 20 (vinte) dias corridos após o recebimento, pela Contratada, do contrato assinado pelos representantes do TRESC, as licenças do software (registradas para o nome e domínio do TRESC) e contas de acesso, à Seção de Gestão de Mudanças e Problemas de TI, localizada no 2º andar do prédio sede, situado à Rua Esteves Júnior, 68, Centro, Florianópolis/SC, em horário compreendido entre 13 e 19 horas, sem que isso implique acréscimo no preço constante da proposta, ou pelo seguinte endereço eletrônico: csit-sgmpti@tre-sc.jus.br.

2.17.3. Fornecer todas as atualizações, upgrades, correções de bugs e patches que forem disponibilizadas pelo fabricante da solução.

2.18. Custo estimado da contratação

Conforme planilha elaborada pela CCM.

3. Especificação Técnica Detalhada

3.1. Requisitos Técnicos

Item 1:

3.1.1. Endpoint Central Security para 1550 Endpoints (inclui uma licença de usuário administrador) - Licença Perpétua.

3.1.2. Direito às atualizações, upgrades, correções de bug e patches, através de acesso aos repositórios fornecidos pelo fabricante da distribuição.



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

3.1.3. A licença deve ser registrada para o nome e domínio do TRESA junto ao fabricante.

Item 2:

3.1.4. Endpoint Central Security para 1550 Endpoints (inclui uma licença de usuário administrador) - Taxa Anual de Atualização.

3.1.5. Direito às atualizações, upgrades, correções de bug e patches, através de acesso aos repositórios fornecidos pelo fabricante da distribuição.

3.1.6. A licença deve ser registrada para o nome e domínio do TRESA junto ao fabricante.

Item 3:

3.1.7. Endpoint Central Addon - licença para 10 usuários administradores adicionais - licença perpétua.

3.1.8. Direito às atualizações, upgrades, correções de bug e patches, através de acesso aos repositórios fornecidos pelo fabricante da distribuição.

3.1.9. A licença deve ser registrada para o nome e domínio do TRESA junto ao fabricante.

Item 4:

3.1.10. Endpoint Central Addon - licença para 10 usuários administradores adicionais - Taxa Anual de Atualização.

3.1.11. Direito às atualizações, upgrades, correções de bug e patches, através de acesso aos repositórios fornecidos pelo fabricante da distribuição.

3.1.12. A licença deve ser registrada para o nome e domínio do TRESA junto ao fabricante.

Item 5:

3.1.13. Endpoint Central Multi-Language Pack License para tradução da solução para o português - licença perpétua.

3.1.14. Direito às atualizações, upgrades, correções de bug e patches, através de acesso aos repositórios fornecidos pelo fabricante da distribuição.

3.1.15. A licença deve ser registrada para o nome e domínio do TRESA junto ao fabricante.

Item 6:

3.1.16. Endpoint Central Multi-Language Pack License para tradução da solução para o português - Taxa Anual de Atualização.

3.1.17. Direito às atualizações, upgrades, correções de bug e patches, através de acesso aos repositórios fornecidos pelo fabricante da distribuição..

3.1.18. A licença deve ser registrada para o nome e domínio do TRESA junto ao fabricante..

Item 7:

3.1.19. Pacote adicional para eventual aquisição de 50 (cinquenta) licenças perpétuas adicionais do Endpoint Central Security. Inclui a taxa de atualização anual referente ao primeiro ano.

3.1.20. Direito às atualizações, upgrades, correções de bug e patches, através de acesso aos



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

repositórios fornecidos pelo fabricante da distribuição.

3.1.21. A licença deve ser registrada para o nome e domínio do TRESA junto ao fabricante.

Item 8:

3.1.22. Pacote adicional para eventual aquisição de 1 (uma) licença perpétua adicional de usuário administrador. Inclui a taxa de atualização anual referente ao primeiro ano.

3.1.23. Direito às atualizações, upgrades, correções de bug e patches, através de acesso aos repositórios fornecidos pelo fabricante da distribuição.

3.1.24. A licença deve ser registrada para o nome e domínio do TRESA junto ao fabricante.

3.1.25. Códigos SIASG

27472 - Licenciamento de Direitos Permanentes de Uso de Outros Softwares / Programas de Computador.

3.1.26. Vigência

O presente Contrato terá vigência de 60 (sessenta) meses a partir da data da sua assinatura. Como serão adquiridas licenças perpétuas, serão objetos de renovação apenas as taxas anuais de atualização. Tais renovações serão indexadas pelo IPCA. Não se aplica garantia ao objeto.

3.2. Modelos de Documentos

Não se aplica a esta contratação.

Florianópolis, em 13 de Setembro de 2023.



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

Anexo I – Plano de Fiscalização

1. Execução e Gestão do Contrato

Caberá ao TRESA promover, através do titular da Seção de Gestão de Mudanças e Problemas de TI, ou seu substituto, o acompanhamento e a fiscalização da prestação dos serviços, sob os aspectos quantitativos e qualitativos, anotando, em registro próprio, as falhas detectadas e comunicando à CONTRATADA as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas, bem como aquelas relacionadas aos Indicadores de Níveis de Serviço. A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada por meio de instrumentos de controle, podendo compreender a mensuração de aspectos relacionados aos prazos de execução e nível de serviço prestado, bem como o cumprimento das demais obrigações decorrentes do contrato.

1.1. Papéis a serem desempenhados pelos principais atores do TRESA e da Contratada

Abaixo são descritos os papéis previstos na execução do contrato:

#	Ator	Papel
1	Gestor do Contrato do TRESA	- Fiscalização contratual; - Abertura de chamados técnicos; - Atestação da(s) fatura(s); - Tratativas administrativas com a Contratada.
2	Representante da Contratada	- Atuar como ponto focal para demandas administrativas e técnicas.

1.2. Dinâmica de Execução, Etapas e Cronograma

Abaixo são listadas as principais etapas da contratação, com os prazos e responsáveis associados:

#	Etapas	Data	Responsável
1	Início da prestação do serviço	Conforme subitem 2.17.2 do Projeto Básico / Termo de Referência	Contratada
2	Pagamento	Conforme itens 1.6 e 1.7 do Anexo I – Plano de Fiscalização.	TRESA

1.3. Instrumentos Formais

Todas as solicitações e ocorrências vinculadas à prestação do serviço deverão ser registradas em sistema próprio.

Eventuais solicitações poderão ser demandadas pelo Gestor do Contrato do TRESA, via e-mail, telefone, ou através de sistema específico fornecido pela Contratada.



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

1.4. Prazos de Garantia

Não se aplica a esta contratação.

1.5. Acompanhamento do Contrato

O gestor manterá controle gerencial acerca da prestação dos serviços, a fim de subsidiar a estimativa para as futuras contratações.

1.6. Recebimento Provisório e Definitivo

- a) o recebimento provisório ocorrerá na data de entrega do objeto contratado.

Para todos os itens:

- a) o recebimento definitivo dar-se-á em até:

- 3 (três) dias úteis após o recebimento provisório do objeto, exceto se houver atraso motivado pela empresa, quando o valor total da contratação ficar igual ou abaixo do limite que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666/1993; ou
- 10 (dez) dias úteis após o recebimento provisório do objeto, exceto se houver atraso motivado pela empresa, quando o valor total da contratação ficar acima do limite que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666/1993.

1.7. Pagamento

O pagamento será feito em favor da Contratada, mediante depósito bancário, após a apresentação da Nota Fiscal/Fatura, desde que não haja fator impeditivo imputável à empresa.

Poderá ocorrer a retenção ou glosa no pagamento devido à Contratada, sem prejuízo das sanções cabíveis, quando esta não prestar os serviços esperados.

O prazo máximo para a efetivação do pagamento será de:

- a) 5 (cinco) dias úteis após a apresentação da nota fiscal/fatura, quando o valor total contratado ficar igual ou abaixo do limite que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666/1993; ou
- b) 30 (trinta) dias após o cumprimento das obrigações contratuais, quando o valor total contratado ficar acima do limite que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666/1993.

1.8. Transferência de Conhecimento

Não se aplica a esta contratação.

1.9. Direitos Autorais

Não se aplica a esta contratação.

1.10. Qualificação Técnica

Critérios de qualificação técnica conforme descrito no edital.

1.11. Descumprimento Contratual e Penalidades

1.11.1. Ficará impedido de licitar e contratar com a União e será descredenciado no SICAF, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas no Edital e no contrato e das demais cominações legais, garantido o direito à ampla defesa, aquele que, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta:

- a) não assinar o contrato ou a ata de registro de preços;



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

b) não entregar a documentação exigida no edital;

c) apresentar documentação falsa;

d) causar o atraso na execução do objeto;

e) não manter a proposta;

f) falhar na execução do contrato;

g) fraudar a execução do contrato;

h) comportar-se de modo inidôneo;

i) declarar informações falsas; e

j) cometer fraude fiscal.

1.11.1.1. Serão aplicados os seguintes períodos de impedimento, de acordo com a infração cometida:

a) não assinar o contrato ou não aceitar ou retirar a nota de empenho, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta: Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores SICAF pelo período de 2 (dois) meses;

b) deixar de entregar documentação exigida: Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF pelo período de 1 (um) mês;

c) fazer declaração falsa ou apresentar documentação falsa: Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF pelo período de 6 (seis) meses;

d) ensejar o retardamento da execução do objeto: Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF pelo período de 2 (dois) meses;

e) não manter a proposta, inclusive deixando de apresentar amostra do produto: Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF pelo período de 2 (dois) meses;

f) falhar na execução do contrato: Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF pelo período de 6 (seis) meses;

g) fraudar na execução do contrato: Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF pelo período de 15 (quinze) meses;

h) comportar-se de modo inidôneo: Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF pelo período de 12 (doze) meses; e

i) cometer fraude fiscal: Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF pelo período de 20 (vinte) meses.



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

1.11.1.2. As sanções previstas no subitem 1.11.1.1 poderão ser majoradas em 50% (cinquenta por cento), para cada agravante, até o limite de 60 (sessenta) meses, conforme Portaria P n. 136/2021.

1.11.1.3. As penas previstas nas alíneas “a”, “b”, “d” e “e” do subitem 1.11.1.1 poderão ser reduzidas em 50% (cinquenta por cento), uma única vez, quando não tiver havido nenhum dano à Administração, conforme Portaria P n. 136/2021.

1.11.1.4. Quando a ação ou omissão do licitante vencedor ensejar o enquadramento de concurso de condutas, aplicar-se-á a pena mais grave.

1.11.2. Para os casos não previstos no subitem 1.11.1, se o licitante vencedor descumprir as condições do Edital, ficará sujeito às penalidades estabelecidas na Lei n. 8.666/1993.

1.11.2.1. Consoante previsto na Portaria P n. 136, de 14 de outubro de 2021:

1.11.2.1.1. As infrações consideradas como leves serão penalizadas com a advertência;

1.11.2.1.2. As infrações consideradas como médias serão penalizadas com multa de 5% do valor total do contrato;

1.11.2.1.3. As infrações consideradas como graves serão penalizadas com multa de 10% do valor total do contrato;

1.11.2.1.4. As infrações consideradas como gravíssimas serão penalizadas com suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o TRE-SC, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

1.11.2.1.5. Em caso de reincidência em período inferior a três meses, a infração será classificada em nível imediatamente superior à anterior;

1.11.3. Nos termos do Projeto Básico / Termo de Referência, são situações, dentre outras, que podem ensejar o descumprimento do contrato, para fins de aplicação de penalidades, em função das infrações elencadas abaixo:

#	Evento	Referência	Tipo de Infração
1	Descumprimento do estabelecido no item 2.17.2, das obrigações da Contratada.	Por dia	Média
2	Suspender ou interromper os serviços prestados ou causar dano ao patrimônio, injustificadamente.	Por ocorrência	Grave

1.11.4. Conforme previsto no artigo 87 da Lei n. 8.666/1993, nas hipóteses de inexecução total ou parcial, poderão ser aplicadas as seguintes penalidades:



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

a) no caso de inexecução parcial, multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do objeto que não foi executado;

b) no caso de inexecução total, multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total do objeto contratado;

c) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o licitante vencedor ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base na alínea anterior.

1.11.4.1. As sanções estabelecidas no subitem 1.11.1 e na alínea “c” do subitem 1.11.4 são de competência do Presidente do TRE-SC.

1.11.5. Em conformidade com o art. 86 da Lei n. 8.666/1993, o atraso injustificado na execução do objeto deste Projeto Básico / Termo de Referência, sujeitará o licitante vencedor, a juízo da Administração, à multa de 0,25% (zero vírgula vinte e cinco por cento) ao dia, sobre o valor do item em atraso, a partir do dia imediato ao vencimento do prazo estipulado.

1.11.5.1. Os atrasos de que trata o subitem 1.11.5, quando superiores a 30 (trinta) dias, serão considerados inexecução total do contrato.

1.11.5.2. A pena de multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais sanções previstas na Lei n. 8.666/1993.

1.11.6. Da decisão que aplicar a penalidade prevista na alínea “c” do subitem 1.11.4, caberá pedido de reconsideração, no prazo de 10 (dez) dias úteis a contar da intimação do ato.

1.11.7. O prazo para a apresentação de defesa prévia, quanto à aplicação das demais penalidades, será de 5 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação.

1.11.7.1. Transcorrido *in albis* o prazo para a apresentação de defesa prévia ou após a apresentação da defesa prévia, a autoridade competente, se for o caso, aplicará a respectiva penalidade e estabelecerá prazo de 5 (cinco) dias úteis para a apresentação de recurso, contado do primeiro dia útil subsequente ao recebimento da notificação.

1.11.7.2. Com a decisão do recurso ou do pedido de reconsideração referente à penalidade prevista na alínea “c” do subitem 1.11.4 exaure-se a esfera administrativa.